



ELEIÇÕES MUNICIPAIS



Eduardo Rocha fala sobre municipalismo, MDB e a posição da administração tucana nessas eleições em relação aos partidos

FAUSTO BRITES

“Governo Riedel faz política institucional, não eleitoral”

Secretário da Casa Civil, Eduardo Rocha diz que, embora alguns partidos da base aliada se confrontem com o PSDB nessas eleições, “nada muda”

FAUSTO BRITES

Com uma base aliada ampla e formada por partidos políticos que, em sua grande maioria, têm pré-candidatos a prefeitos e a vereadores, seja em Campo Grande, seja nos 78 municípios do interior, o governador Eduardo Riedel (PSDB) lida com esse cenário de forma institucional.

“A política eleitoral fica fora do governo. No governo tratamos de política de Estado. Aqui, trato com todos os partidos”, afirma o secretário da Casa Civil, Eduardo Rocha, do MDB – legenda da qual é vice-presidente estadual –, que é um dos principais articuladores e interlocutores da administração estadual comandada por um tucano.

Dessa forma, as eleições municipais deste ano não vão interferir nas ações estabelecidas pelo governo do Estado, assegura o secretário. Com uma base aliada formada por um mosaico de siglas partidárias que vão se confrontar até o mês de outubro, Rocha sinaliza a todo momento que a



O governador Eduardo Riedel conversou com os 79 prefeitos, mais de 700 vereadores e lideranças políticas de cada município, em audiências separadas. Fizemos um programa de quase R\$ 1 bilhão em investimentos”

Eduardo Rocha, secretário da Casa Civil

bandeira de paz sempre estará hasteada. Ele explica que a estratégia, para que não haja embaraços no bom andamento das propostas de governo a

serem executadas, foi de se fazer uma separação.

“Ficou para o ex-governador Reinaldo Azambuja tocar a parte política, enquanto aqui no governo eu trato com o PT, com o PSDB, com o PP, com o PL, enfim, com todos os partidos, e não falamos de política eleitoral”, afirma. Azambuja é o presidente estadual da legenda tucana.

Para reforçar seu argumento, o secretário diz que Campo Grande é um exemplo disso: “O PP é um partido aliado do governo e tem sua candidatura à prefeita. O PT é a mesma situação, é aliado e tem candidatura à prefeita”.

No caso do PSDB, partido do governador Riedel, com um representante na disputa pela prefeitura, não há tratamento diferenciado dos demais. “Como já disse, tratamos com todos a política institucional de governo”, frisa.

Nos últimos dias, os meios políticos ficaram agitados com a iniciativa do presidente do PSDB, Azambuja, e do governador Riedel em buscarem aliança com o ex-presidente

Jair Bolsonaro, líder maior do PL, para apoio a Beto Pereira à Prefeitura de Campo Grande – e conseguiram o objetivo.

Ocorre que a senadora Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias (PP) estava também fazendo articulações para ter Bolsonaro no palanque da prefeita Adriane Lopes, que busca a reeleição. Isso teria causado estreitamento político entre a senadora e os líderes tucanos, mas o secretário da Casa Civil diz que, em nível de governo, “não mudou nada”.

“No governo fica do mesmo jeito. Nós respeitamos a senadora Tereza Cristina, que é minha amiga pessoal. Respeitamos os prefeitos do PP, tanto que tratei dos convênios com os prefeitos de Campo Grande, de Dourados, de Sonora, de Rio Verde”, afirmou.

Esses convênios se referem a liberação de emendas parlamentares para atender municípios e instituições que, por conta da legislação eleitoral, poderia ser feito até o dia 6. E diz, convicto: “Terminou a eleição, vai estar todo mundo junto e tocar o lema do go-

vernador Eduardo Riedel, que é fazer uma gestão voltada para as pessoas”.

Deputado estadual por três mandatos, o secretário da Casa Civil afirma que decidiu não mais concorrer às eleições por acreditar em um projeto que era o do hoje governador Riedel. Em 2022 era parlamentar licenciado e atuou como secretário de governo de Azambuja. Foi, então, convidado para chefiar a Casa Civil da atual administração tucana.

“Neste um ano e meio, estou ajudando o governo na interlocução com a Assembleia Legislativa, deputados federais, senadores e também com os 79 municípios, prefeitos, Câmaras de Vereadores, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, enfim, a Casa Civil faz a política de governo”.

MUNICIPALISMO

Na opinião de Rocha, o Estado está amadurecido, assim como a classe política. Afirma que jamais houve uma convergência dessa magnitude, ou seja, apoio tão amplo na Assembleia Legislativa, uma Casa independente.

“Os deputados entenderam o momento que o governo vive, um momento de um governo extremamente técnico. Articulamos, sim, a parte política dentro do governo, que é essa política institucional, e então nós temos nossas parcerias. Começou com o governador Azambuja, ele veio fazendo, ampliando, e o governador Riedel amplia mais ainda essas parcerias com interlocução com o governo federal, por meio da ministra Simone Tebet, com o Legislativo e o municipalismo, que agora aflora com toda a força”, destaca.

“O governo Riedel resolveu conversar com os prefeitos, vereadores e lideranças de cada município, trazendo os 79 prefeitos, mais de 700 vereadores para dentro da governadoria, em audiências separadas, município por município. Nós fizemos de três a quatro audiências diariamente, e isso durou 60 dias”, afirmou.

“Nós fizemos um programa de quase R\$ 1,5 bilhão em investimentos dentro dos municípios, dos quais 500 milhões foram em convênios. Foram 110 convênios que nós conseguimos aprovar e já pagar a primeira parcela, por causa da lei eleitoral, de 88 convênios e os outros 22 terminaram a licitação. Esses vão dar andamento assim que forem encerradas as eleições”, explicou.

“Nós fizemos um programa de quase R\$ 1,5 bilhão em investimentos dentro dos municípios, dos quais 500 milhões foram em convênios. Foram 110 convênios que nós conseguimos aprovar e já pagar a primeira parcela, por causa da lei eleitoral, de 88 convênios e os outros 22 terminaram a licitação. Esses vão dar andamento assim que forem encerradas as eleições”, explicou.

Eduardo Rocha: “MDB nunca deveria ter se afastado do PSDB”

Como vice-presidente estadual do MDB, Eduardo Rocha afirma que o partido “diminuiu de tamanho” e lembra que, na época em que André Puccinelli foi governador, “nós éramos em cinco deputados estaduais, hoje somos em três. Tínhamos um deputado federal e chegamos a ter dois senadores. Atualmente, não temos nenhum. Diminuiu de tamanho, mas estamos aí”.

Para ele, o ex-governador Puccinelli, ao retirar a pré-candidatura e anunciar apoio ao tucano Beto Pereira na disputa pela Prefeitura de Campo Grande, “tomou uma sábia decisão, e aí o MDB volta a se aproximar do PSDB, do qual nunca deveria ter se afastado. São partidos que historicamente sempre andaram

juntos”. Ele cita exemplos dessa aliança histórica.

“O MDB foi prefeito de Campo Grande com André [Puccinelli] por oito anos e com vice do PSDB, com Nelsinho [Trad, hoje senador pelo PSD] também oito anos e vice do PSDB. Depois que Reinaldo Azambuja [PSDB] virou governador, o MDB se afastou, mas não todo, porque o MDB foi muito importante para o governo do Azambuja”, diz.

Rocha explica que esse apoio dos emedebistas ao governo do PSDB esteve presente principalmente nas reformas e nos projetos estruturantes, “com desgastes para todos os deputados estaduais, e o MDB nunca votou contra o governo Azambuja”. Acrescentou ainda que os cinco parlamentares

da época auxiliaram na aprovação de projetos necessários para que o Estado pudesse fazer “as entregas que está fazendo”.

DEMORA EM DECIDIR

Com relação ao recuo de Puccinelli em disputar a eleição para prefeito, Rocha afirma que “não acho que saiu enfiado ou não”. Entende que ele demorou a tomar a decisão “da gente voltar a caminhar com o PSDB. Eu insisti com ele por várias vezes”.

Continuando, afirma que “ele não pediu para apoiar o Reinaldo em 2014, no segundo turno contra o Delcídio [do Amaral, então no PT]. Nós fomos para a campanha do Reinaldo a pedido dele”.

Essa jornada juntos conti-

nuou em 2016, 2018, 2022. “Aí fomos pegar caminho separados, daí sim eu acho que enfraqueceu”, destaca.

Esse afastamento ocorreu, na opinião de Rocha, porque Puccinelli teve vontade de ser candidato – e, embora fosse decisão pessoal, sua candidatura foi submetida ao partido, prevalecendo o desejo dele por ser a liderança maior dentro do MDB.

“Eu discordava dessas decisões”, conta Rocha, que em seguida afirma: “Discordei de ele ser candidato em 2022 e o avisei que não votaria nele, não o apoiaria, pois já tinha vindo para o governo [na administração Azambuja]”.

“Não vou te apoiar, não vou votar em você, estou dentro do governo e vou acompanhar o governo”. Assim, explica que votou em Eduardo Riedel e trabalhou, inclusive, na eleição do tucano. “Não poderia ser diferente”, afirmou.

Nessa conversa, Rocha disse que, se Puccinelli quisesse,

ele sairia do MDB: “A sair, mas ele me pediu para se licenciar do partido”, o que acabou acontecendo.

FEDERAÇÃO

Rocha diz que quer ajudar a reestruturar o partido e afirma que a legenda tem bons quadros, como os deputados estaduais Marcio Fernandes, Renato Câmara, Junior Mochi, além de Puccinelli, que, mesmo sem mandato, “tem presença, tem respeito meu pessoal, do MDB e da ministra Simone Tebet. Qualquer um pode tocar [o partido] com o Moka [ex-senador Waldemir Moka, presidente estadual da legenda], comigo...”.

Afirma ainda que está torcendo para que, “lá na frente”, haja uma fusão do PSDB e do MDB: “Há essa conversa de se fazer uma federação, e eu acredito que, depois das eleições, isso possa ocorrer”. Sobre sua pretensão em disputar mandato em 202, Rocha sorri e prefere evitar prognóstico. (FB)

ELEIÇÕES 2024

Beto Pereira tenta, mas não consegue apagar críticas de aliados nas redes

EDUARDO MIRANDA

Nas eleições em curso, uma situação tensa surgiu entre o ex-deputado estadual Rafael Tavares (PL), pré-candidato a vereador, e o deputado federal Beto Pereira (PSDB), ambos supostamente aliados. O diretório municipal do PSDB, liderado por Beto Pereira, tentou na Justiça Eleitoral remover um vídeo das redes sociais de Tavares, mas não obteve sucesso.

Foram duas negativas consecutivas. A primeira veio do juiz da 53ª Zona Eleitoral, David de Oliveira Gomes Filho, há aproximadamente um mês. O PSDB solicitou que a Justiça Eleitoral removesse um vídeo em que Tavares afirmava que Beto Pereira e Camila Jara não haviam assinado um projeto de lei que aumentava a pena para estupro, alegando que o projeto nem sequer havia sido levado à votação.

O juiz entendeu que se tratava de uma manifestação pessoal de Tavares, e não de uma propaganda eleitoral.

“A postagem não afirma que o deputado votou contra o projeto de lei e o PSDB não diz que o deputado assinou o tal projeto. Não há como identificar uma mentira nos fatos a que se refere a postagem. Já a conclusão sobre esses fatos, está no exercício da liberdade de pensamento de quem fez a postagem”, afirmou o juiz.

Além disso, o magistrado destacou que a publicação se tratava mais de um posicionamento pessoal sobre questões políticas do que de propaganda eleitoral antecipada.

“Não há pedido de votos para ninguém e nem de não-voto a determinada pessoa. Aliás, seria curioso reconhecer uma propaganda negativa contra a candidatura de alguém que ainda não é candidato a nada”, completou.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Para o magistrado, pessoas públicas não podem estar isentas de críticas. “A liberdade de expressão é uma garantia constitucional e pessoas públicas não estão isentas de críticas, especialmente durante o curso do seu mandato. A supressão da opinião alheia é uma atitude ditatorial que não se enquadra num Estado democrático”, afirmou Gomes Filho.

O juiz também afirmou que excluir a crítica de Rafael Tavares a Beto Pereira poderia sufocar o pensamento alheio: “O Poder Judiciário não deve compactuar com o sufocamento do pensamento alheio, enquanto manifestado de modo comedido, como acontece em publicações em redes sociais”.

RECURSO

O PSDB recorreu, mas o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul (TRE-MS), Carlos Eduardo Contar, manteve a decisão de primeira instância.

“O direito constitucional à liberdade de expressão é um dos pilares do estado democrático, especialmente no âmbito eleitoral”, afirmou Contar.

Contar concluiu que a crítica política feita por Tavares não apresentava elementos suficientes para ser considerada propaganda eleitoral negativa ou fake news. Após perceber que não obteria sucesso, o PSDB desistiu do recurso, com o desembargador Sideni Soncini Pimentel homologando o pedido de desistência, declarando perda de interesse recursal.